

Encontro do ICOM Brasil 2026: museus, memórias e direitos em um mundo dividido

O Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil), em parceria com o Instituto Ricardo Brennand, convida a comunidade museal para o Encontro do ICOM Brasil 2026, que acontecerá de 26 a 28 de abril de 2026, em Recife (PE), com atividades no Instituto Ricardo Brennand, Museu do Homem do Nordeste, Oficina Francisco Brennand e Paço do Frevo. O evento é gratuito e está com chamada aberta para submissão de trabalhos de 20 de janeiro a 20 de fevereiro de 2026.

Após 19 anos, o Encontro do ICOM Brasil retorna em sua VI edição, reafirmando-se como um espaço de reflexão, debate e articulação da comunidade museal em torno de temas urgentes e contemporâneos, como mudanças climáticas e patrimônio cultural; reparação e restituição de bens culturais; perspectivas antirracistas e práticas decoloniais nos museus; democracia; e sítios de memória e consciência.

Com o objetivo de refletir sobre o papel dos museus em um mundo marcado por profundas divisões sociais, políticas e culturais, o ICOM Brasil escolheu como tema desta edição “Museus, Memórias e Direitos em um Mundo Dividido”. A proposta dialoga diretamente com o tema do Dia Internacional dos Museus e se articula ao contexto brasileiro de defesa da democracia e dos direitos já conquistados — assim como daqueles que ainda precisam ser afirmados.

O tema central se desdobra em sete subtemas, que orientarão as Rodas de Conversa do evento. As propostas de trabalho, vinculadas a esses subtemas, poderão ter caráter teórico ou apresentar relatos de experiências e práticas museais.

Poderão submeter propostas membros do ICOM Brasil, bem como profissionais, pesquisadores, estudantes e demais integrantes da comunidade museal. Os trabalhos aprovados serão apresentados presencialmente, em formato oral, nas Rodas de Conversa temáticas realizadas no Instituto RB, Museu do Homem do Nordeste, Oficina Francisco Brennand e no Paço do Frevo.

Abaixo, confira os subtemas das Rodas de Conversa e seus respectivos detalhamentos, que servirão de referência para a submissão das propostas de resumo.

1) Museus, justiça climática e ambiente

As mudanças climáticas são hoje uma realidade e um dos grandes desafios da humanidade para os próximos anos. A intensificação e a maior frequência de eventos extremos têm ampliado um debate que antes se encontrava muito restrito ao campo acadêmico e agora se expande para o campo dos direitos, especialmente no que se refere às populações mais frequentemente impactadas por esses eventos.

Além do aumento dos eventos provocados pelas mudanças climáticas, observamos também crimes ambientais, agravados pela flexibilização da legislação brasileira ocorrida nos últimos anos. Nesse contexto, a justiça climática parte do reconhecimento de que são justamente as populações historicamente mais vulneráveis, cujos patrimônios também são, em geral, mais frágeis, que sofrem de forma desproporcional os impactos dessas alterações ambientais de origem antropogênica.

A partir da nova definição de museus, o tema da sustentabilidade foi incorporado dentro do conceito dessas instituições. Nesse sentido, o engajamento e a incorporação dessa pauta, incluindo a participação dos museus no debate sobre as mudanças climáticas, vêm se intensificando. Ao compreender esse tema como parte essencial da função social desses espaços, abrem-se novos horizontes para os museus, como a preocupação com o patrimônio em risco das populações vulneráveis e sua preservação, a articulação entre saberes tradicionais e acadêmicos e a mobilização social para a construção de soluções locais.

Nesse contexto, em 2025, o ICOM Brasil, em parceria com o ICOMOS Brasil, lançou a Carta Brasileira de Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas, um documento estruturante para a compreensão das relações entre esses dois campos. Ainda em 2025, foi criado o Grupo de Trabalho do ICOM Brasil de Museus e Emergência Climática. Nesta roda de conversa, convidamos profissionais do campo museal a refletirem e compartilharem suas experiências e pesquisas, apresentando estudos e práticas que foquem o papel dos museus no enfrentamento da crise ambiental, com especial atenção às populações mais vulneráveis e ao papel dos museus como espaços de memória desses conflitos.

2) Museologia, educação e pedagogias críticas

Esta Roda de Conversa é voltada a pesquisadoras(es), educadoras(es), estudantes e profissionais que atuam no campo da educação museal. O espaço propõe a troca de

experiências, pesquisas e práticas educativas comprometidas com a criatividade, a inovação e a ampliação de perspectivas críticas sobre nossas realidades.

A potência da educação museal brasileira é reconhecida internacionalmente e um exemplo concreto foi a iniciativa do Comitê de Educação e Ação Cultural (CECA) do ICOM apoiar a edição de um livro sobre a história da educação museal no Brasil, que foi traduzido para os idiomas oficiais do ICOM (espanhol, francês e inglês), além de ter sua edição em português impressa.

Constituída por um universo de iniciativas e experiências diversas que, mesmo com reconhecimento internacional, ainda permanecem pouco conhecidas pela sociedade e por estudantes e profissionais do campo da Museologia, a educação museal brasileira inclui pesquisas teóricas, pesquisas participantes e práticas, além de uma infinidade de ações e atividades com e para públicos variados. Propomos neste evento contribuir para ampliar a visibilidade da educação museal brasileira.

3) Museus e direitos: perspectivas antirracistas

Os museus, enquanto instituições sociais, estão diretamente implicados nas disputas em torno de direitos, memórias e reparações históricas. No contexto brasileiro — e, de forma mais ampla, latino-americano —, as desigualdades raciais estruturais resultam de séculos de escravização e genocídio das populações negra e indígena e pelas persistentes políticas de exclusão, que seguem marginalizando pessoas pretas, pardas e indígenas nos âmbitos social, econômico e simbólico. Diante desse cenário, torna-se urgente refletir sobre o papel dos museus na promoção da justiça racial e na construção de políticas de reparação histórica.

A perspectiva antirracista, amplamente defendida por trabalhadores e trabalhadoras museais brasileiros no debate sobre a nova definição de museu do ICOM, afirma-se como um eixo fundamental para pensar os museus do século XXI. Mais do que um princípio ético, o antirracismo exige transformações institucionais profundas, que atravessam narrativas, práticas curatoriais, políticas de acervo e relações com territórios e comunidades.

Este eixo convida reflexões críticas e experiências que tensionam questões urgentes: como os museus podem atuar como agentes de reparação histórica? Quais direitos têm sido historicamente negados às populações negras, pardas e indígenas nos espaços museais? Quais as estratégias e ações possíveis para rever descritores e catalogações, colecionar novos acervos e propor exposições antirracistas? Como formar e apoiar pessoas pretas, pardas e indígenas na presença e permanência em cargos estratégicos de gestão,

curadoria e pesquisa nos museus? Como pensar e realizar curadorias compartilhadas com as comunidades? De que maneira práticas museais antirracistas podem contribuir para a efetivação de direitos culturais e para a redução das desigualdades raciais? Que desafios ainda persistem para que o antirracismo se consolide como política institucional durável?

4) Memória, trauma e justiça social

Os museus são espaços de poder e de disputas pela memória pública oficial, consolidando-se progressivamente como lugares potentes para a transformação e reparação social. Considerando a pluralidade de memórias traumáticas no Brasil, este GT convida pesquisadores e ativistas do campo da memória e dos direitos humanos a submeterem propostas que investiguem as interseções entre memorialização, traumas coletivos e justiça social no contexto de museus e sítios de memória e consciência (SMC).

Em um cenário de divisões globais acentuadas, buscamos refletir sobre como tais instituições podem atuar na reparação histórica e na elaboração de narrativas de resistência, transformando memórias de dor em dispositivos de conscientização política para o fortalecimento da luta por direitos humanos.

A chamada privilegia abordagens interdisciplinares sobre práticas curatoriais, políticas de acervo e projetos educativos voltados à visibilidade de grupos marginalizados e historicamente silenciados. O objetivo é reunir pesquisas e práticas que analisem como operar memórias traumáticas através da musealização para contribuir com a justiça social, a democracia e os direitos humanos. São esperados, ainda, trabalhos que refletem sobre metodologias pautadas na ética museal e na não revitimização. Propõe-se, assim, uma discussão crítica sobre como a gestão da memória traumática pode servir de ferramenta para enfrentar as tensões contemporâneas de um mundo dividido e promover transformações sociais efetivas.

5) Museus e políticas públicas

Nos últimos 20 anos podemos apontar um avanço nas múltiplas formas de perceber e conceituar os museus. A nova definição de museu, aprovada na 23º Conferência do ICOM, em 2022, incorporou conceitos chaves tais como acessibilidade, inclusão, diversidade e sustentabilidade, ampliando o papel dessas instituições frente às transformações sociais, culturais e políticas contemporâneas.

Neste período também destacamos um movimento de construção de políticas públicas, com ampla participação social, que resultou em um conjunto de marcos legais que norteiam o campo de atuação dos museus e se revela em uma das formas mais bem-sucedidas de institucionalização do setor da cultura na contemporaneidade.

Convidamos, assim, à submissão de trabalhos que apontem todo esse movimento de construção de políticas públicas do campo dos patrimônios culturais musealizados, museus e processos museológicos a partir de experiências, movimentos e práticas museais inovadoras, pautadas na ampliação da participação social, dos direitos humanos, da justiça social, da inclusão cultural e prática da cidadania.

Como incorporar a discussão e a prática museal a partir de programas e ações que abordem temas como gênero, raça, o reconhecimento e a reparação histórica e a promoção do protagonismo de grupos historicamente excluídos nas ações dos museus, espaços de memórias, processos museológicos, órgãos e entidades do setor museal. Ações de ampliação de processos de participação social em sua gestão, programas e ações dos museus, as iniciativas de museologia social e comunitária, ações de valorização, salvaguarda e segurança dos bens culturais musealizados entre tantos outros pautados no Plano Nacional Setorial de Museus 2025-2035.

6) Museologias insurgentes e direito às memórias em contextos de desigualdades

O direito à memória, compreendido como direito coletivo e fundamental, revela-se profundamente atravessado por relações de poder que determinam quais histórias são preservadas ou apagadas. Em contextos de desigualdade, processos de censura, explícitos ou velados, em espaços expositivos e institucionais operam como mecanismos de controle simbólico.

As museologias insurgentes emergem como práticas e pensamentos críticos que questionam modelos museológicos hegemônicos, historicamente marcados por narrativas coloniais, eurocêntricas e excludentes. Ao tensionar a ideia de neutralidade dos museus, as museologias insurgentes afirmam o museu como espaço político, de disputa simbólica e de produção de sentidos, especialmente a partir de territórios e grupos sociais historicamente marginalizados e silenciados.

Nesse sentido, a liberdade de expressão configura-se como princípio indissociável de um fazer museológico comprometido com a democracia cultural e os direitos humanos. Ao

abordar conflitos, controvérsias e silenciamentos, a roda de conversa propõe refletir sobre os desafios éticos e políticos dos museus diante de pressões morais, econômicas e institucionais que incidem sobre suas práticas curatoriais e expositivas. São bem vindos trabalhos que busquem fortalecer a compreensão dos museus como espaços de escuta, diálogo e insurgências, capazes de tensionar verdades cristalizadas e discutir sobre a contribuição destes equipamentos culturais na luta contínua pelo direito às memórias plurais em uma sociedade marcada por profundas desigualdades estruturais.

7) Patrimônio Imaterial, práticas museais e saberes tradicionais

O campo museológico contemporâneo é desafiado a se tornar um espaço dinâmico de diálogo e co-criação, onde a interseção entre Patrimônio Cultural Imaterial, práticas museais inovadoras e saberes tradicionais se configura como um eixo vital de reflexão e ação. Esta chamada convida à submissão de trabalhos que explorem essa tríade, investigando como os museus podem se reconfigurar para reconhecer e incorporar sistemas de conhecimento tradicionais, descolonizando suas narrativas.

As propostas devem abordar questões como: metodologias colaborativas para documentar e salvaguardar saberes tradicionais, em contextos museais, respeitando a agência das comunidades; desafios da musealização de bens culturais já patrimonializado, revelando as estratégias expositivas, curatoriais, educativas e de mediação utilizadas para comunicar a natureza dinâmica e processual do Patrimônio Imaterial; modos e experiências de como as instituições museais podem apoiarativamente a transmissão dos saberes tradicionais, funcionando como pontes entre gerações e promotores da diversidade cultural; o papel dos museus como agentes de sustentabilidade cultural, capazes de apoiar a transmissão geracional, e a construção de protocolos comunitários para uma governança compartilhada.

Buscam-se contribuições teóricas, relatos de experiência e estudos de caso interdisciplinares que reflitam criticamente sobre os limites e as transformações potenciais das instituições museais ao lidar com patrimônios essencialmente comunitários. O foco reside na construção de diálogos respeitosos e em práticas que fortaleçamativamente os contextos socioculturais dos quais emanam os saberes tradicionais, promovendo futuros mais inclusivos e equitativos para o campo.

REGRAS PARA ENVIO DE TRABALHOS:

Os resumos deverão ser submetidos exclusivamente por meio do sistema on-line do Encontro do ICOM Brasil 2026, disponível na plataforma Even3. A seguir, confira as normas para a submissão de trabalhos.

- **Título:** até 20 palavras, em caixa alta.
- **Autoria:** nome(s) completo(s) e instituição do(s) autor(es) no início do resumo.
- **Resumo:** de 400 a 800 palavras
- **Referências:** ABNT
- **Palavras-chave:** incluir até 3 palavras
- Cada pessoa só poderá submeter um trabalho no evento.
- Cada proposta poderá ser encaminhada para apenas 1 (uma) Roda de Conversa; a submissão de uma mesma proposta de trabalho para duas Rodas de Conversa distintas implicará na desclassificação da segunda proposta.
- Cada trabalho poderá ter no máximo 04 (quatro) coautores(as) adicionais, totalizando, portanto, 5 pessoas no total, quando se considera o(a) primeiro(a) autor(a).
- O(A) primeiro(a) autor(a) é responsável por buscar e vincular no sistema de inscrição, por meio dos respectivos CPF, os demais membros do resumo a ser submetido;
- Nas coautoriais, a apresentação do trabalho presencialmente no evento fica a cargo do(a) Primeiro(a) Autor(a). Em caso de impedimento, um(a) dos(as) coautores(as) poderá assumir a apresentação na Roda de Conversa.
- A participação da Roda de Conversa é aberta a todos os autores e coautores.
- Não será admitida a apresentação do trabalho por terceiros que não estejam vinculados ao trabalho no sistema oficial do evento.
- É vedada a submissão de mais de uma proposta à mesma Roda de Conversa, ainda que sejam de resumos diferentes e em coautoria.
- Ao participar, o/a proponente está de acordo com a publicação do resumo no site do ICOM.

Importante! Os custos de inscrição e submissão são gratuitos, mas todos os demais custos de deslocamentos, hospedagens e alimentação são de responsabilidade do inscrito.

AVALIAÇÃO DE TRABALHOS:

Os resumos submetidos para o Encontro do ICOM Brasil 2026 serão avaliados pela Comissão Científica e por avaliadores convidados, com base nos seguintes critérios:

- Adequação à temática da respectiva Roda de Conversa;
- Criatividade e inovação da proposta;
- Clareza, coerência e organização do resumo.

CRONOGRAMA:

Prazo de submissão de resumos: 20/01/2026 a 20/02/2026

Divulgação dos resultados: 02/03/2026

Data do evento: 26 a 28/04/2026

DÚVIDAS:

E-mail: encontroicombrasil@gmail.com

Telefone: (11) 97380-5381

Para mais informações, acesse: icom.org.br